



CARTA POLÍTICA

REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA
V SEMANA DA ALIMENTAÇÃO CARIOCA
OUTUBRO 2014

AGRICULTURA FAMILIAR:

Alimentar o Mundo, Cuidar da Terra

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Assim, uma diversidade de eventos no Brasil tem aproveitado esta oportunidade para fortalecer e proporcionar a visibilidade para esta temática. Embora muito importante e valorizada, o tema tem sido negligenciado, ou preterido, frente ao incentivo ao agronegócio, nas políticas públicas para a agricultura.

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade do Rio de Janeiro (CONSEA Rio) seguindo as comemorações do Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, tem promovido a Semana da Alimentação Carioca (SAC) 2014, incluída na Lei Municipal nº 5146/2010. A SAC inclui na sua programação as comemorações do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Assim foram realizadas atividades para debater em torno do tema proposto pela FAO: "Agricultura Familiar: Alimentar o Mundo, Cuidar da Terra".

A SAC 2014 aconteceu entre os dias 13 a 18 de outubro, reuniu em suas atividades cerca de 300 pessoas, entre agricultoras e agricultores familiares; representantes da administração pública; assessoras e assessores técnicos, professoras e professores do ensino médio e universitários; estudantes da rede pública de ensino; pesquisadoras e pesquisadores, consumidores organizados em compras coletivas, participantes de programas sociais, entre outros. A semana foi organizada pelo CONSEA Rio em parceria da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e demais membros da Câmara Temática Permanente 1 (CTP1). Os encontros possibilitaram reflexões sobre temas relevantes para a segurança e soberania alimentar, a alimentação escolar, a impor-

tância do controle social, e os mercados locais de comercialização solidária na perspectiva da valorização da agricultura familiar e aproximação entre campo e a cidade.

Assim, aproveitando a oportunidade da riqueza e da diversidade dos atores sociais envolvidos é que a Rede CAU propõe e divulga os seus princípios políticos e diretrizes estratégicos. O intuito é contribuir com o fortalecimento, a valorização e a adequação de políticas públicas para a agricultura familiar, em especial a agricultura praticada nos espaços urbanos.

A AGRICULTURA URBANA NA ALIMENTAÇÃO DA CIDADE

“Seis milhões de pessoas precisam se alimentar nesta metrópole. E aí?”

Consideramos que o tema “agricultura urbana”, no Rio de Janeiro, esteve na pauta, não só dos debates e reflexões do CONSEA Rio, mas também na mídia e em outros fóruns. Essas discussões representam o que o movimento social - dinamizado pela Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) - tem reivindicado e planejado como estratégia de valorização da agricultura familiar carioca. A luta consiste em diminuir a invisibilidade das diversas expressões da agricultura, praticada nos espaços urbanos, seja ela nos quintais, em pequenos espaços, ou nas roças que ainda resistem no Maciço da Pedra Branca, Guaratiba, Mendanha e Santa Cruz.

Há quatro anos, a Rede CAU tem se mantido, numa articulação importante nos debates referentes à agricultura familiar, protagonizada por uma diversidade de atores no CONSEA Rio. Esta atuação pró-ativa e legitimada pela maioria dos conselheiros proporcionou que um agricultor familiar carioca assumisse a presidência deste importante conselho. Na falta de um conselho de desenvolvimento rural, como ocorre nos demais municípios do estado, o Consea Rio tem sido o principal fórum para o debate e implementação de políticas públicas para a agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, as experiências de agricultura não estão mais isoladas e incorporam definitivamente a temática da Agroecologia, em suas diversas dimensões. Esta diretriz principal, a Agroecologia, é um elemento agregador com outros movimentos urbanos, de direito à cidade, à moradia, à saúde, à segurança alimentar e direito à alimentação adequada. Tanto os protagonistas das práticas de agricultura com características camponesas, quanto os agricultores de quintais, tem se mantido articulados e em diálogo.

Esta interação proporcionada pelos intercâmbios entre as experiências, onde os diversos saberes se somam, proporcionaram conquistas e interação inéditas na cidade. A superação dos entraves para a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) possibilitou que cinco agricultores, entre eles uma mulher, obtivessem a DAP. Já os processos de avaliação da conformidade orgânica, por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), resultaram no acesso ao certificado pelo Ministério da Agricultura para pelo menos oito agricultores, sendo dois deles em quintais.

O acesso à DAP permitiu a comercialização e interação com a alimentação escolar em três escolas públicas estaduais, com seus principais produtos: caqui, banana, taioba, chuchu e aipim. Ao mesmo tempo em que contribui com a qualidade da alimentação na escola, e novos conteúdos de ensino e aprendizagem, a comercialização na rede pública de ensino tem gerado renda para a agricultura da cidade.

Hoje, nossas feiras locais e agroecológicas são uma realidade. O resgate de hortaliças não convencionais, as plantas medicinais e os produtos da roça, a agricultura urbana carioca proporciona uma oferta diversificada de produtos locais, frescos e saudáveis, consolidando circuitos curtos de comercialização, tão importantes para a redução do consumo de energias não renováveis e a aproximação entre agricultura e cidade.

Outro avanço que consideramos estratégico. A formação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, do qual a Rede CAU tem relevante papel mobilizador e de referência para o desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura na cidade. Nesse sentido, o movimento pelo fortalecimento da agricultura urbana carioca, vem consolidando articulações com experiências no tema em outras regiões metropolitanas do país. O papel fundamental das práticas agroecológicas nos espaços urbanos e periurbanos é uma diretriz que consta na Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).

Estes avanços são estímulos para perseguirmos a superação de tantos outros desafios que estão interligados. A invisibilidade e a desvalorização ainda são expressivas.

Faltam dados oficiais sobre a agricultura na cidade do Rio de Janeiro. Esta ausência acarreta em mau direcionamento e na falta de políticas públicas para este segmento social, cuja tendência é cada vez mais ir se extinguindo.

Há um problema geracional forte na agricultura urbana, assim como na agricultura familiar em cidades do interior. A maior proximidade com as cidades e a escassez de escolas rurais e agrotécnicas agravam os problemas de esvaziamento e desvalorização da agricultura, mantendo o afastamento da cidade e do campo.

A falta de acesso às terras e à agrobiodiversidade representam também outra ameaça para a existência da agricultura carioca. A maior parte das experiências de agricultura enfrentam problemas com as administrações das Unidades de Conservação (UC). Os Parques Estadual da Pedra Branca e do Mendanha, criados sem levar em consideração as populações tradicionais ali existentes, antes mesmo da respectiva decretação. Não foi considerada a Lei Estadual 2393/95, que dispõe sobre permanência de populações nativas residentes em

UC, negligenciando que a preservação da floresta conta com a colaboração dos agricultores familiares e das experiências de agricultura urbana em bases agroecológicas.

É necessário que a legislação ambiental não sujeite os agricultores a uma situação de insegurança habitacional, de modos de vida e de alimentação. Por outro lado, o reordenamento da cidade deve promover o aproveitamento das terras ociosas e devolutas para a produção de alimentos, possibilitando a cessão de uso, com respaldo jurídico para as partes envolvidas. O fator fundamental deve ser ao mesmo tempo, dar funcionalidade às áreas ociosas, produzir alimentos e estimular a interação social entre a dinâmica rural e a dinâmica da cidade.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro é outro desafio a ser enfrentado, a fim que a sua revisão considere os espaços de agricultura. A cobrança de IPTU, (mesmo que com perspectiva de isenção do pagamento para as propriedades rurais), a especulação imobiliária, os megas empreendimentos e a desterritorialização dos agricultores familiares são frutos também de um Plano Diretor fortemente urbanizante. Estas são algumas características de um modelo hegemônico de cidade que não concordamos, onde o rural é representado como o lado atrasado da sociedade.

É necessário que haja uma articulação das políticas públicas e dos atores sociais unidos pelo tema da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (SSAN). A realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN), deve apontar para elaboração da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que integre e fomenta a agricultura urbana em bases agroecológicas, como elemento chave de promoção à saúde, no combate à fome e à obesidade. Assim espera-se o adequado acesso e popularização dos alimentos agroecológicos. Ainda relacionado a SAN, refutamos o uso

de agrotóxicos, o cultivo e oferta de produtos transgênicos. Afirmamos que a fome e a desnutrição não são problemas relacionados a quantidade de alimentos. Estes são problemas do modelo de desenvolvimento excludente e da má distribuição das riquezas.

Indicamos também a precaução com a biofortificação dos alimentos. A participação de empresas multinacionais no financiamento do Programa de Biofortificação, incluindo às mesmas que estão envolvidas com a biotecnologia da transgenia, coloca em perigo a autonomia dos agricultores em cultivar e da sociedade em se alimentar. Tal situação configura-se como um risco à soberania alimentar nacional. Recomendamos que o CONSEA Rio, articulado com o CONSEA Estadual e Nacional, com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), promovam amplo debate sobre esta estratégia industrial de combater à desnutrição, que ao nosso entender é equivocada, ocultando interesses obscuros da biotecnologia. A diversificação de cultivos, o consequente aumento das bases alimentares, a educação alimentar e nutricional e o consumo consciente são caminhos mais seguros para reduzir os problemas da má alimentação e possibilitar o acesso à uma alimentação adequada.

A segurança alimentar e nutricional reconhecida como política de estado, permitindo que toda a população tenha seu direito humano à alimentação adequada e saudável e soberania alimentar garantidos.

MERCADOS DE PROXIMIDADES E SOLIDÁRIOS PARA OUTRO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

“O que a gente traz do supermercado não é um alimento saudável!”

A Lei Federal 11.947/2009, é uma grande conquista dos movimentos sociais, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do

Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, criando o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa possibilita a integração entre duas políticas prioritárias para a garantia da segurança alimentar e nutricional: o fortalecimento da agricultura familiar e a alimentação escolar. Assim, as escolas brasileiras tem a oportunidade de deixar de favorecer maus hábitos alimentares, garantindo o direito de crianças e jovens a uma alimentação escolar saudável.

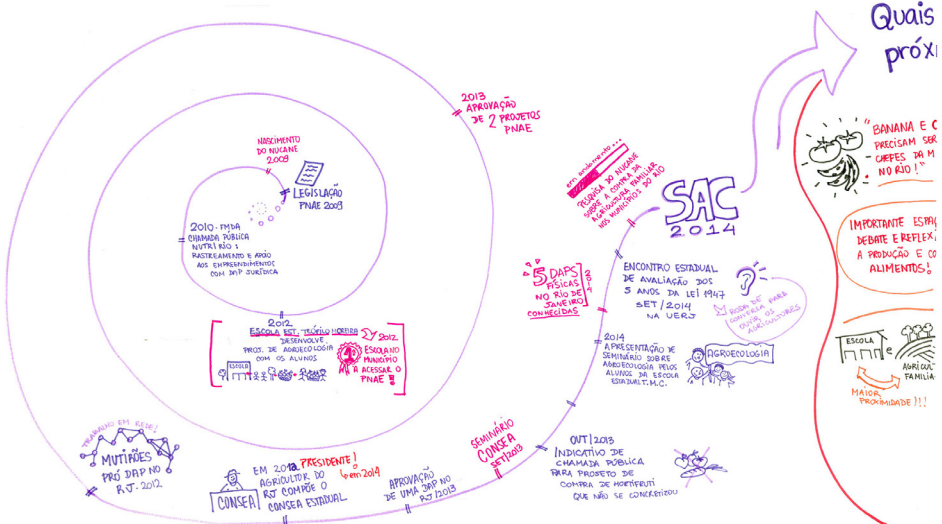
Na cidade do Rio de Janeiro, a compra de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE tornou-se realidade em 2012, no Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira, em Vargem Grande. A Direção e o corpo docente constataram aspectos rurais que se mantêm nas comunidades atendidas pela escola. Por isso buscou viabilizar a compra junto aos agricultores da região. Outras duas escolas, atualmente, têm parte da alimentação vinda da agricultura familiar carioca: CIEP Brigadeiro Sérgio Carvalho em Campo Grande e Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht na Taquara.

Porém há ainda muitos desafios. A Região Metropolitana, incluindo a cidade do Rio de Janeiro, é a região que mais possui recursos financeiros para compra da alimentação escolar, porém é a que tem menor número de DAPs emitidas, impossibilitando que os agricultores se beneficiem dessa política.

Além deste entrave, outros são apontados pelas assessorias, agricultores e agricultoras:

- a) as informações operacionais não chegam às diretorias das escolas estaduais por meio da Coordenação das Diretorias Regionais da Subsecretaria de Infraestrutura e Tecnologia da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Com isso é necessário a articulação das entidades de assessoria técnica junto com os agricultores com as diretorias das escolas;

A PARTICIPAÇÃO DA NO FORNECIMENTO DA ALI



Facilitação gráfica por Raissa Theberge
durante evento “Semana da Alimentação Carioca 2014”

AGRICULTURA FAMILIAR ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO RJ



os nossos
passos?

PARÁ-
OS CARROS
PARADA ESCOLAR



OS DE
ÃO SOBRE
NUMO DOS

CRUA ESPAÇOS EFETIVOS
PARA REFLEXÃO A
RESPEITO DA IMPORTÂNCIA
DA AGRICULTURA FAMILIAR
NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

GRUPOS DE ESTUDO LOCAIS
PARA EMBODERAR OS ANDEIS DE
SUA CONDIÇÃO PARA QUE POSSAM
TER MAIOR ATUAÇÃO POLÍTICA

ESCOLAS DEVEM TRABALHAR
A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO
DE ALIMENTOS ORGÂNICOS



ENCONTRO PROMOVIDO
PELO CONEÇA COM OS
AGRICULTORES SOBRE
O SUASA

ADAPTAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO, AO MENOS
PARA O FORTA DA
CONTEA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES



VINCULAR FEIROS LOCAIS
A ESCOLAS PRÓXIMAS



DIÁLOGO ENTRE AS SECRETARIAS
MUNICIPAIS PARA O ASSUNTO
É COMUM: SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL



DESAFIOS:

- CHAMADA PÚBLICA
COM PERZOS CURTOS
- COMO GARANTIR QUE O
AGRICULTOR/AGRICULTORA
SAIBAM TMS CHAMADAS?
- INADEQUAÇÃO DO PAISE
À REALIDADE DO AGRICULTOR
FAMILIAR (QUANTIDADE,
EMBALAGEM ...)
- TRANSPORTE
- PREÇO DO ALIMENTO ORGÂNICO
X PREÇO DO ALIMENTO
CONVENCIONAL



- b) há desencontros de informações, como o caso de Diretorias das Unidades Escolares que exigem, inadequadamente, nota fiscal eletrônica para grupos informais, ou desconhecem que devem comparecer na Diretoria Regional para analisarem os projetos de venda,
- c) as Diretorias Regionais não divulgam os resultados das análises dos projetos de venda devidamente apresentados;
- d) as chamadas públicas de aquisição de alimentos para a alimentação escolar da rede estadual são mal divulgadas, contribuindo para a desinformação e desmobilização dos agricultores (as), e
- e) não há compatibilidade entre o prazo de vigência da Chamada Pública e o período letivo. As chamadas públicas são lançadas com o período letivo iniciado e não preveem o início do ano letivo seguinte.

Na esfera municipal os desafios são ainda maiores. O procedimento administrativo para a compra da alimentação escolar é feita pela Secretaria de Municipal de Administração para todas as escolas municipais, impossibilitando a participação de grupos informais, pois o valor fica acima do limite para este tipo de oferta. Os recursos são recebidos pela entidade Executora do Programa no município, a Secretaria Municipal de Educação. O quadro técnico responsável pelo planejamento alimentar, imprescindível para esta aquisição, faz parte da Secretaria Municipal de Saúde. Algumas dificuldades nesta ação refletem conflitos no âmbito do PNAE entre estes diferentes atores. Somam-se a todas as dificuldades administrativas e operacionais, tornando ainda mais difícil a participação da agricultura familiar e camponesa na alimentação escolar das escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro.

Reconhecemos que a demanda das escolas públicas na cidade de Rio de Janeiro, é maior do que a atual possibilidade de oferta da agricul-

tura familiar carioca. Contudo, alimentos como aipim, banana e caqui poderiam ser ofertados, pelo menos em parte, nas escolas das proximidades, tendo como estratégia logística as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Esta articulação fortaleceria a agricultura local.

Da mesma forma, é importante reivindicar que a promoção da alimentação saudável seja prioridade no projeto político e pedagógico das escolas efetivando a Resolução número 26 do FNDE, de junho de 2013, que orienta que o tema da alimentação escolar seja tratado de forma multidisciplinar com os estudantes. Nesse sentido o protagonismo da juventude é fator relevante para o debate e reflexão sobre a segurança alimentar e nutricional no Brasil

A Feira Agroecológica da Freguesia (Jacarepaguá) é mais um instrumento, não só de comercialização e geração de renda, mas tem servido para visibilizar a agricultura urbana e periurbana. Também garante uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos para a população urbana e solidifica formas de comercialização, que proporcionam e asseguram a autonomia da agricultura familiar e camponesa.

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), do qual faz parte a Feira Agroecológica da Freguesia, é uma conquista dos movimentos de agricultura em bases agroecológicas e que deve ser fortalecido, especialmente com a criação de mais feiras na Zona Norte e Oeste da cidade, como a Feira Orgânica da Leopoldina. O CCFO tem servido para o fortalecimento de outras iniciativas populares, como a Feira Orgânica de Campo Grande, a Feira Orgânica do Rio da Prata e a Feira Agroecológica da Vargem Grande. Por isso, reivindicamos que o CCFO seja uma política pública instituída por lei e não pela inconstância e insegurança de um decreto do poder executivo.

Para viabilizar a efetivação das políticas PNAE e PAA é necessário que sejam criadas as condições adequadas para a integração entre fei-

ras orgânicas e agroecológicas, com a alimentação escolar por meio do PNAE, e com a alimentação proporcionada por entidades beneficentes por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estas políticas públicas de apoio e fortalecimento da comercialização da agricultura familiar, embora tímidas e com fragilizada integração entre elas, tem possibilitado não só a geração de renda, mas também a valorização da agricultura familiar local. A necessidade de interação entre as dinâmicas da agricultura urbana e periurbana no município de Rio de Janeiro permitem compreender o território de Segurança e Soberania alimentar e Nutricional.

O CONTROLE E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GARANTIR O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E CONSCIENTE

“A gente faz escolhas todo o tempo, também sobre nossa alimentação!”

O controle social é exercido pela sociedade sobre o governo, envolvendo a sociedade civil organizada em reflexões políticas de questões que afetam a coletividade. As redes e articulações são importantes para ações, diálogos, dinamização das ideias e busca de soluções para os desafios atuais. É neste sentido que as questões relativas ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) devem envolver as cidadãs e cidadãos a partir de seus diversos espaços de representação, englobando tanto a produção do alimento, como o acesso, a distribuição, e consumo. O tema agricultura urbana se coloca como um elemento agregador e dinamizador da participação social e legítimo da sociedade civil para proporcionar a adequação das políticas públicas na promoção da agricultura nas regiões metropolitanas das grandes cidades. Há por tanto a necessidade de superar o desafio da atuação em rede, e dos arranjos institucionais na promoção da agricultura urbana.

Entendemos a agricultura urbana como uma forma de organização da população da cidade para promover a autonomia na produção agroeco-

lógica de alimentos, a construção de novas relações de produção e consumo baseadas na economia solidária assim como a reconexão com a natureza nas cidades. A agricultura urbana se insere na promoção de um modelo de desenvolvimento urbano mais justo e democrático, que supere a dicotomia campo-cidade e garanta o direito à cidade e à alimentação adequada e saudável para todos os seus habitantes.

A agricultura urbana é uma prática social que confronta o atual modelo de desenvolvimento das cidades, propõem mudanças estruturais no uso dos espaços urbanos para a produção de alimentos, plantas medicinais, criações de animais. Assim promove a conexão campo-cidade, valorizando o protagonismo das mulheres e da juventude.

Ao contrário, o modelo de urbanização das cidades pautado na lógica do mercado capitalista (empresariamento das cidades) gera desafios para a manutenção e a ampliação das práticas agroecológicas. Entres estes destacassem o alto valor da terra e dos impostos territoriais; a crescente transformação das áreas rurais em áreas urbanas através dos planos diretores; a pressão para a construção de novas unidades habitacionais, a degradação e contaminação dos recursos naturais (água, terra e ar).

Entre março de 2013 e setembro de 2014, o movimento pelo fortalecimento da agricultura urbana protagonizado pela Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas de Minas Gerais (Rede Minas/MG), pelo Centro de Estudos de Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO/SC) e a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU/RJ) ampliaram as suas ações em rede e na produção de textos referências que culminaram com a promoção do Seminário sobre Agricultura Urbana ocorrido no III Encontro Nacional de Agroecologia (Maio 2014). Estes textos, disponíveis no site <http://aspta.org.br/2015/04/cau/>, e outros acúmulos devem ser levados em consideração, servindo como

complemento à esta Carta da Rede Carioca de Agricultura Urbana / Semana da Alimentação Carioca de 2014, e no subsídio para a proposição e consolidação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana.

Assim, a Rede Carioca de Agricultura Urbana, as demais entidades e representantes do Consea Rio, junto com o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, chamam para si, o desafio de promover, uma série de eventos, intercâmbios de experiências e debates, que servirão como ações preparatórias para realizar no ano de 2015, o primeiro Encontro Nacional de Agricultura Urbana. O objetivo é de fortalecer o tema agricultura urbana no cenário local e nacional, e assim contribuir para a interação campo-cidade e proporcionar uma sociedade conscientemente bem alimentada.

